



Ata nº 053 da Sessão Ordinária nº 053, de  
09 de setembro de 2014.

Às nove horas do dia nove de setembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTONIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado a Auditora Márcia Costa para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1400012012-00; Prefeitura Municipal de Placas – Gestão de Governo; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de Pauta na Sessão do dia 01.07.14. Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Placas a não aprovação das contas de Governo do exercício de 2012, da Prefeitura Municipal de Placas, de responsabilidade do Sr. Maxweel Rodrigues Brandão, sem prejuízo de tecer determinações a esse Executivo para que adote medidas corretivas a fim de evitar a reincidência das irregularidades apuradas; cópia dos autos remetida ao Ministério Público Estadual para as providências que achar cabíveis, bem como representação desse Tribunal ao Governo do Estado do Pará, em obediência ao que dispõe o art. 84, II c/c o art. 85, I da Constituição do Estado do Pará, para se assim quiser, decretar imediata intervenção no Município de Placas. **Processo nº 1400012012-00; Prefeitura Municipal de Placas – Contas de Gestão; Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimentos, multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Placas, exercício financeiro 2012, de responsabilidade do Sr. Maxweel Rodrigues Brandão, Prefeito Municipal, sem



prejuízo do recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes valores: ao Tesouro Municipal: 1- R\$-26.554.594,80 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), referente ao valor em alcance lançado à conta "Agente Ordenador"; 2 - R\$-25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), correspondente a 30% dos vencimentos do Prefeito Municipal, com base no Art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028, pela não remessa dos RGF's do exercício, considerando como remuneração a última paga para o Prefeito no exercício de 2011; 3 - multa de R\$-265.545,94 (duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), correspondente a 1% sobre o dano causado ao Erário, com fundamento no Art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 84/20122 desta Corte de Contas; ao FUMREAP/TCM, as seguintes multas: 1 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 284, § 1º do RI/TCM/PA, pela não remessa da prestação de contas quadrimestral e do Balanço Geral do exercício, LDO e dos RREO's; 2 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, item IV, do RI/TCM/PA, pelo envio fora do prazo legal do PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA; 3 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função de graves infrações à norma legal, referentes a realização de despesas sem comprovação de crédito orçamentário; não observância do limite no pagamento da remuneração de subsídios ao Prefeito e Vice-Prefeito; não comprovação de instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de sua competência; não observância do limite no pagamento de diárias no exercício, não comprovação e remessa dos processos licitatórios, em cumprimento ao Art. 37, XXI da Constituição Federal e Art. 2º da Lei 8.666/93; não comprovação da criação e efetiva atuação do Sistema de Controle Interno, bem como de não comprovação dos valores das transferências aos Fundos Municipais; determinar, cautelarmente, com fundamento no art. 74, I, da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, que sejam tornados indisponíveis durante um ano os bens do Ordenador, em tanto quanto bastem, para garantir a importância de R\$-26.554.594,80 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), com a expedição, pela Presidência deste Tribunal, de ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Belém e de Placas, bem como o Banco Central do Brasil e DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), comunicando a decisão e determinando a indisponibilidade temporária dos bens e valores do Sr. Maxweel Rodrigues Brandão; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis, bem como à Câmara Municipal de Placas para conhecimento. **Processo nº 400012005-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas de 2005; Responsável: Alcides Abreu Barra; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de



multas ao FUMREAP. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 1200012002-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares, com pedido de VISTA ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do dia 28/01/2014; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1200012003-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares, com pedido de VISTA ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do dia 06/02/2014; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Retirado de pauta. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo nº 270012000-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia;** Prestação de Contas – Exercício 2000; Responsável: José Alberto de Sousa Branco; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1120012006-00; Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: João Vieira da Cunha (Período de 01/01 a 30/09) e Vilmar Farias Valim (Período de 01/10 a 31/12); Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável, com ressalvas, das contas de João Vieira da Cunha (período de 01/01 a 30/09) e contrário à aprovação das contas de Vilmar Farias Valim (período de 01/10 a 31/12). A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Cumaru do Norte a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006: - Período de 01/01 a 30/09, de responsabilidade de João Vieira da Cunha, face ao descumprimento do § 3º do Art. 77, do ADCT alterado pela EC nº 29/00 (Saúde), e o descumprimento da EC nº 25/00 quanto ao repasse do Poder Executivo ao Legislativo; - Período de 01/10 a 31/12, de responsabilidade de Vilmar Farias Valim, face a conta "Agente Ordenador", o descumprimento do § 3º do Art. 77, do ADCT alterado pela EC nº 29/00 (Saúde), e o descumprimento da EC nº 25/00 quanto ao repasse do Poder Executivo ao Legislativo; com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pela infringência ao Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, remessa intempestiva do RGF 2º semestre. - R\$-73.344,59 (setenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), relativo a devolução pela conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, do Balanço Geral e dos RREO's do 5º e 6º bimestres, nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pelo lançamento da conta "Receita a Comprovar", o descumprimento do § 3º do Art.



77, do ADCT (alterado pela EC nº 29/00) e o descumprimento da EC nº 25/00, com base no Art. 282-B, do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1200012001-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2001; Responsável: Valciney Ferrira Gomes; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Palestina do Pará a aprovação, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade de Valciney Ferreira Gomes, com o recolhimento das seguintes multas: - aos Cofres Municipais: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela infringência ao Artigo 5º, Inciso I, e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000(remessa intempestiva dos RGF's dos 1º e 2º quadrimestres); ao FUMREAP/TCM:- R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pela incorreção do balanço patrimonial, nos termos do Art. 282-B, do RI/TCM/Pa, e pela remessa intempestiva da LOA e dos RREO's do 1º ao 5º bimestres; ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 180022010-00; Câmara Municipal de Breves; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Orquideia Nascimento da Costa; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Breves, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Orquideia Nascimento da Costa, com o recolhimento ao FUMREAP do valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais) referente a não apropriação dos encargos patronais devidos ao Instituto próprio, com base no Art. 282, I, "b", RI/TCM/PA. **Processo nº 1130022005-00; Câmara Municipal de Eldorado dos Carajás; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Francisco Jailson de Sousa; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade de Francisco Jailson de Sousa, com recolhimento aos Cofres Municipais da seguinte multa: - R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva do RGF do 2º semestre, e pelo não envio do RGF do 1º semestre, infringindo o Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 1240022007-00; Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2007;**



Responsável: Nivaldo de Sousa Setúbal; Instrução 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr Nivaldo de Sousa Setubal, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III “c” e “d”, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, do valor de R\$-10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), devidamente atualizado, relativo ao pagamento de remuneração aos Srs. Vereadores, realizado com base em ato fixador não cadastrado, bem como de R\$-1.020,00 (hum mil e vinte reais), o que corresponde a 5% da remuneração anual do Ordenador, a título de multa, pela não remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, com fundamento no Art. 5º, da Lei 10.028/2000 e remessa dos autos ao Ministério Público do Estado. **Processo nº 1033982011-00; Fundo Municipal de Saúde de São João de Pirabas – contas anuais de Gestão; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Patricia Nahum Benoliel Gomes; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de São João de Pirabas, exercício de 2011, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze dias, das seguintes multas: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa fora do prazo da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, na forma do Art. 120-B, II do RI/TCM/PA; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. **Processo nº 1330052007-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Albenor Bezerra Pontes; Instrução 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade da prestação de contas e cominação de multas, além da remessa dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, por estarem irregulares nos termos do Art. 32, III, “c” da Lei nº 84/2012. **Processo nº 1173202007-00; Fundo Municipal de Assistência Social Nova Esperança do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Elizane Cunha Soares; Instrução 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério





Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade da prestação de contas e cominação de multas, além da remessa dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Esperança do Piriá, do exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Elizane Cunha Soares, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-606.928,13, pelas despesas ordenadas. **Processo nº 201400014-00; Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2006, Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução, nº 11.169 de 03.09.2013 (Prestação de Contas de 2006); Responsável: Antonio Carvelli Filho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Reconsideração para aprovar, com ressalva, as contas, excluindo as impropriedades e as multas quanto: a) a infringência do Art. 77, III, § 3º, dos ADCT, c/c Art. 1º, § 1º, da Resolução nº 7.738/2005/TCM/PA; b) quanto a ausência de processo licitatório (credor: Posto de Serviços Sawa) no montante de R\$-455.421,36; c) R\$-300,00 – pela remessa intempestiva da LDO, Orçamento, Balanço Geral e Prestação de Contas 1º e 2º quadrimestres, e; d) R\$-500,00 – por infringência ao Art. 50, II, da LRF, em face da não apropriação das obrigações patronais do exercício; manter a multa em face da remessa intempestiva de processo licitatório, reduzindo-a para R\$-6.000,00, constante da Resolução nº 11.169/2013, recomendando a Câmara Municipal a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Senhor Antonio Carvelli Filho, ex-Prefeito; após o recolhimento da multa remanescente, expedir o competente Alvará de quitação no valor de R\$-50.413.152,92 (cinquenta milhões, quatrocentos e treze mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), onde se inclui o valor de R\$-69.296,23 (sessenta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos) de saldo em banco, para o exercício seguinte. **Processo nº 201305749-00; Camara Municipal de Baião; Prestação de Contas – Exercício 2010, Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão, nº 23.299 de 26.02.2013 (Prestação de Contas de 2010); Responsável: Ronilson dos Santos Lopes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 201402325-00 (1272162005-00); Fundo Municipal de Educação de Trairão; Embargo de Declaração contra a decisão do Acórdão nº24.452, de 28.11.2013 – Exercício 2005; Responsável: Eliane Feline Rúbio Perez; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu negar provimento aos embargos, aplicando multa no valor de R\$-3.217,38 (três mil, duzentos e dezessete reais e trinta e oito centavos), correspondente a 0,1% da despesa realizada no exercício, pela sua manifesta



intenção protelatória, conforme o Art. 254 e 282, I, "b" do Regimento Interno desta Corte, que deverá ser recolhida ao FUMREAP/TCM, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência dessa decisão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 6. O Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 250012010-00; Prefeitura Municipal de Chaves; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (01.01 a 30.04.2010) e Ubiratan de Almeida Neto (01.05 a 31.12.2010); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares, com pedido de VISTA a Conselheira Mara Lúcia na Sessão do dia 28/11/2013; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO em preliminar:** *"cautelamente, pela indisponibilidade de bens, nos termos do RI/TCM/Pa"*. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares aderiu a preliminar levantada pela Conselheira Mara Lúcia, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda e pelo Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a medida cautelar proposta. Vencido o Conselheiro Sérgio Dantas na preliminar. Em seguida, a Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO VISTA:** *"acompanho o voto do Ilustre Relator, recomendando a Câmara a emissão de Parecer Prévio, pela não aprovação das contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade dos Senhores Benjamin Ribeiro de Almeida Neto e Ubiratan de Almeida Barbosa, com imputação das multas"*. **Em votação:** na Sessão do dia 28.11.2013, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 1587/2013) acompanharam o Relator. O Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro José Carlos Araújo encontravam-se ausentes nessa Sessão. Na presente Sessão, o Conselheiro Cezar Colares aderiu a multa aplicada no voto vista proferido pela Conselheira Mara Lúcia, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu recomendar a Câmara a emissão de Parecer Prévio pela não aprovação das contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade dos Senhores Benjamin Ribeiro de Almeida Neto e Ubiratan de Almeida Barbosa, com a imputação das multas constantes no voto do Relator e encaminhamento ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação de multa ao FUMREAP no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais) ao Sr. Benjamin Ribeiro Almeida Neto, pela omissão no dever de prestar contas. Vencido o Conselheiro convocado Sérgio Dantas quanto a exclusão da multa pela omissão no dever de prestar contas. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares retornou a Presidência da Sessão. Houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 19: **Processo nº 201200896-00; Instituto Marina Andrade; Prestação de Contas do Convênio nº 008/2011, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito – Exercício 2011; Responsável: Luiza Helena Andrade de Moura Carvalho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



**unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas, com a expedição do Alvará de Quitação em favor de Luiza Helena Andrade de Moura Carvalho, relativamente ao emprego da importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, com juntada dos presentes autos à prestação de contas do Gabinete do Prefeito, exercício de 2011, com vistas à citação do Ordenador, em virtude da negativa de cadastro do referido Convênio. **Processo nº 201016490-00; Creche Escola Comunitária Dialética do Pará; Prestação de Contas do Convênio nº029/2010 – Exercício 2010; Responsável: Leticia Araújo da Silva; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pela Senhora Letícia Araújo da Silva, relativamente ao emprego da importância de R\$-70.350,00 (setenta mil, trezentos e cinquenta reais), recebidos através do Convênio nº 029/2010 (fls. 40/44), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento da multa aplicada pela remessa intempestiva da prestação de contas, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, do Regimento Interno do TCM/PA, vigente à época. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 201216283-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1195/12, de 12.09.12; Interessado: Leonidas Lusanil Nascimento; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217198-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 0721/14, de 14.05.14; Interessada: Laura Letícia de Oliveira Cardoso; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217714-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1327/12, de 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Ivonete Tavares da Silva; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220359-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1620/14, de 03.12.12; Interessada: Maria da Salete de Albuquerque Guedes Murakami; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou





seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 21: **Processo nº 201206604-00; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**; Prestação de Contas do Convênio nº 014/2012, celebrado com a FUNPAPA/PMB – Exercício de 2012; Responsável: Luis Augusto Machado dos Santos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Luiz Augusto Machado dos Santos, relativamente ao emprego da importância de R\$-97.473,60 (noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), recebidos através do Convênio nº 014/2012 (fls. 383/387), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201304018-00; Associação de Moradores Gabriel Pimenta**; Prestação de Contas do Convênio nº 007/2013, celebrado com a SEMEC/PMB – Exercício 2013; Responsável: Sidney Marcos Brito de Almeida; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Sidney Marcos Brito de Almeida, relativamente ao emprego da importância de R\$-93.000,00 (noventa e três mil reais), recebidos através do Convênio nº 007/2013 (fls. 320/323), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201403663-00; Associação Comunitária do Bairro do Guamá/ Belém**; Prestação de Contas – Exercício 2008, Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão, nº 24.411/14 (Prestação de Contas do Convênio nº 061/2008); Responsável: José Augusto Pontes Moraes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.721, de 05.09.2014.** Retirado de pauta. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 28. A Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201202625-00; Instituto de Previdência do Município de Breves**; Aposentadoria 2011 – Portaria nº 0075/12, de 13.09.12, que aposentou Maria Leci Pinto Cardoso; Interessada: Maria Leci Pinto Cardoso; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa (Conselheiro José Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposta de Decisão**: "*pelo registro do Ato*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar



Colares ratificou os termos da proposta apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 201210339-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Nomeação; Interessado: Márcio Reis da Silva Furtado e Outros; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro das Portarias de nº's 241; 242 e 243/12, e contra o registro das Portarias de nº's 244; 245; 246; 247; 248; 234; 235; 236; 237; 238; 239 e 240. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro das Portarias de nº's 241; 242 e 243/12, uma vez que cumpriram as exigências legais, e contra o registro das Portarias de nº's 244; 245; 246; 247; 248; 234; 235; 236; 237; 238; 239 e 240, uma vez que, mesmo após a realização de diligências, permaneceram as falhas. **Processo nº 201404139-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio;** Representação - Outros; Interessado: José Ivaldo Martins Guimarães - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 e § 2º do Art. 297 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade da Representação. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para apresentar ao Plenário o seguinte processo: **Processo nº 201304767; Fundo Municipal de Saúde de Muaná;** Prestação de Contas – Exercício de 2006; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares relatou ao Plenário que o Ordenador do Fundo apresentou nova documentação, e que como o Relator original do Processo é o Conselheiro Daniel Lavareda, declina do pedido de Vista e devolve o processo ao Gabinete do Relator. O Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da instrução dos autos para análise da documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução do processo. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta e seis minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em nove de setembro de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

